



Estado do Pará
Prefeitura Municipal de Itupiranga
Controle Interno

PARECER FINAL DE REGULARIDADE DO CONTROLE INTERNO

PROCESSO LICITATÓRIO: 9/2020-027-PMI

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA DE REGISTRO DE PEÇOS

OBJETO: "Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de caminhões e máquinas pesadas, veículos leves, utilitários e motocicletas para suprir as necessidades de deslocamento de materiais e locomoção dos servidores nelas lotados".

CONTRATADAS: 1) J. EUZÉBIO DA SILVA SOUZA EIRELI, 2) GEOTOP SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS LTDA, 3) M&R SERVIÇOS E LOCAÇÕES, 4) LVL LOCATION URBAN SERVICES LTDA e 5) J. L. CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI.

O Sr. Alexandre Santos do Couto, brasileiro, casado, advogado, CPF nº 250.794.412-91, inscrito na OAB/PA, 11785A, responsável pelo Controle Interno do Município de Itupiranga/PA, nomeada nos termos da Portaria Nº 353/2017, **declara**, para os devidos fins, junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, nos termos do §1º, do art. 11, da RESOLUÇÃO Nº. 11.410/TCM de 25 de fevereiro de 2014, que analisou integralmente o **Processo nº 9/2020-027-PMI**, referente à Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, no **Sistema de Registro de Preços**, utilizando como critério de julgamento "Menor Preço por Item", tendo por objeto "**Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de caminhões e máquinas pesadas, veículos leves, utilitários e motocicletas para suprir as necessidades de deslocamento de materiais e locomoção dos servidores nelas lotados**", conforme detalhado no Edital – Termo de Referência (Anexo II), e demais anexos integrantes do processo, utilizando como critério de julgamento "Menor Preço por Item", com fulcro na Lei nº 10.520/2002, Decreto Federal nº 3.555/2000, Decreto Federal nº 8.538/2015, Decreto Federal nº 9.488/2018, e subsidiariamente a Lei nº 8.666/1993, Lei 8.078/90 – Código de Defesa do consumidor, Lei Complementar 123/2006, Lei Complementar 147/2014, e demais instrumentos legais correlatos, pelo que declara, ainda, que o referido processo se encontra:

(X) Revestido de todas as formalidades legais, estando apto a gerar despesas para a municipalidade.

Declaro, por fim, estar ciente de que as informações aqui prestadas estão sujeitas à comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de crime de responsabilidade e comunicação ao Ministério Público Estadual, para as providências de alçada.

Itupiranga/PA, 31 de dezembro de 2020.

Alexandre Santos do Couto
Controlador Interno
Portaria Nº 353/2017